

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES ASSOCIADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI

RESUMO

O objetivo é demonstrar as condições de trabalho dos catadores associados na Região Metropolitana do Cariri. Quanto à metodologia, a pesquisa se caracteriza como exploratória com a coleta de dados primários junto às cinco associações de catadores, por meio de entrevistas. O crescimento urbano e o consequente consumo de produtos industrializados são determinantes para a produção de resíduos sólidos e o descarte inadequado que acontece na Região Metropolitana do Cariri - RMC. As associações de catadores têm 67 membros no total. As associações: Associação dos Agentes recicladores do Crato - AARC, Associação Engenho do Lixo e Associação do Catadores de Recicláveis de Nova Olinda - ACRNO tem sede e a infraestrutura é precária com máquinas e equipamentos obsoletos. As associações: Associações de Catadores e Catadoras de Juazeiro do Norte - ACCJ e Associação de Catadores de Recicláveis de Barbalha - ACARB não tem sede e estão em pior situação em todos os aspectos. A renda média dos catadores associados estava entre R\$ 450,00 e 600,00 por mês, mas apresentava sinais de piora no período da pandemia com o isolamento social que fez reduzir a quantidade disponível de resíduos sólidos recicláveis. O programa Bolsa Catador auxilia a renda dos catadores associados pagando 1/4 de salário mínimo. As carências das associações de catadores refletem nas péssimas condições de trabalho e na renda, necessitando de parcerias públicas e privadas para melhorar a vida dos catadores e continuar a preservação do meio ambiente através da reciclagem.

Palavras-chave: associação de catadores, mercado de trabalho da reciclagem, resíduos sólidos recicláveis.

1. INTRODUÇÃO

O crescimento urbano-industrial, a produção e o consumo de mercadorias estão conectados a um problema em escala mundial do pós-consumo, a produção de resíduos sólidos urbanos. O consumo por necessidade deu lugar ao consumismo como objetivo de vida levado pela necessidade de querer, desejar, ansiar mais e mais por desfrutar de emoções derivadas do consumo de bens e serviços para se engajar a sociedade moderna (Bauman, 2008). A degradação ambiental é uma das consequências, como a poluição dos rios, do ar, do solo, proliferação de doenças, entre outros.

Segundo a ANCAT (2020) a geração de resíduos sólidos urbanos (RSU) aumentou de 167 mil toneladas/dia para 217 mil toneladas/dia, ou seja, uma elevação na ordem de 30% entre 2010 e 2018. A explicação para a elevação da geração de RSU está relacionada ao ciclo virtuoso da economia brasileira até o início de 2015, estimulando o consumo, somado ao crescimento populacional de cerca de 7% no período e pela maior urbanização. A coleta comum chegou a 92% em 2018 no Brasil.

A crescente produção de resíduos sólidos urbanos na RMC está atrelada a fatores como urbanização, melhoria das condições socioeconômicas da população e acesso ao consumo de produtos industrializados. O descarte inadequado dos resíduos pós consumo em lixões, monturos e terrenos baldios representa um dos maiores gargalos. A falta de gestão adequada dos materiais recicláveis aparece como entrave para a reintrodução na cadeia produtiva através de processos específicos como a reciclagem com participação ativa dos catadores.

Para conhecer os atores foram realizadas visitas de campo nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha e Nova Olinda que integram a RMC. Foram encontradas cinco associações de catadores: Associação dos catadores Engenho do Lixo de Juazeiro do Norte; Associação de Catadores e Catadoras de Juazeiro - ACCJ; Associação dos Catadores do Crato - AARC; Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Barbalha - ACARB e a Associação dos Catadores de Recicláveis de Nova Olinda - ACRNO.

Os catadores associados da RMC trabalham nas ruas, nos lixões e recebem doações de resíduos sólidos recicláveis dos órgãos públicos e de empresas privadas. Foi possível perceber as infraestruturas e equipamentos (ou falta), as condições de precariedade de trabalho a que são submetidos e as formas de inserção desses atores na cadeia de valor da reciclagem.

O objetivo deste trabalho é demonstrar as condições de trabalho dos catadores associados na Região Metropolitana do Cariri – RMC.

Portando, o problema que norteou esse trabalho consistiu em saber, quais as condições de trabalho dos catadores associados na RMC?

A justificativa do trabalho está ancorada na importância de conhecer como estar estruturado esse segmento da cadeia de valor da reciclagem na RMC diante da crescente produção de resíduos sólidos que até o presente momento se encontra pouco explorado.

Além desta introdução, o trabalho é composto pela seção 2 sobre os aspectos metodológicos; na seção 3 apresenta o mercado de trabalho da reciclagem brasileira; a seção 4 trata sobre as associações de catadores e o mercado de trabalho da reciclagem nas associações da Região Metropolitana do Cariri. Por fim, as considerações finais.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O lócus da pesquisa é a Região Metropolitana do Cariri – RMC criada pela Lei Complementar Estadual nº 78 sancionada em 29 de junho de 2009, composta pelas cidades: Barbalha, Cariri, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Com área de cerca 5.025,7 (km²) e população aproximada de 564.478 mil habitantes em 2010, destes 78,81% residiam na área urbana (IBGE, 2010 e 2019). A pesquisa de campo ocorreu no ano de 2023 nas cidades que possuem associações de catadores: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha e Nova Olinda.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, para compreender e sistematizar a literatura publicada sobre a temática, através de livros, teses, dissertações, revista, jornais, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - ABRELPE.

A pesquisa exploratória para a coleta de dados primários realizado junto as associações de catadores fazem parte da elaboração dos elementos do projeto de tese. Portando, foram informações/dados preliminares fruto de visitas e conversas informais sistematizadas com os catadores associados da RMC. A análise tem o enfoque qualitativo com a tabulação dos dados e distribuição em tabelas, gráficos, quadros, imagens, etc; cujo objetivo através da análise é a construção e interpretação da realidade (Gil, 2008).

3. MARCO REGULATÓRIO DO MERCADO DE TRABALHO DOS CATADORES ASSOCIADOS NO BRASIL

A abolição da escravidão em 1888 e o assalariamento dos trabalhadores representou a evolução do mercado de trabalho brasileiro. O crescimento dos centros urbanos como o Rio de Janeiro, Salvador e Recife do final do século XIX. O processo de crescimento das massas urbanas, ganha força no início dos anos 1930 com o advento da política de industrialização

nascente na região Sudeste com a transferência do fluxo migratório entre campo-cidade (êxodo rural) gerando conflitos trabalhistas resolvido pelo Estado Nacional de Getúlio Vargas através da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (1942) como instrumento de adoção do salário mínimo para manter um baixo salário-base no trabalho urbano; controlar a atividade sindical; promover o relaxamento das instituições públicas na fiscalização e punição das empresas que desrespeitarem as determinações legais. A formalização da CLT causou a continuidade das desigualdades no mercado de trabalho urbano, sem tocar no mercado de trabalho agrícola (Dedecca e Trovão, 2020). Nesse contexto, tem-se à urbanização desordenada, acarretando problemas estruturais, como: inexistência de infraestrutura das cidades; déficit habitacional; saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, luz, saúde), transporte urbano, como também a falta de políticas que contemplasse a preservação do meio ambiente.

No início dos anos 1960, a instabilidade política e institucional somada a uma onda de protestos serviu de justificativa para a intervenção militar adiada desde o segundo governo Vargas. O golpe militar de 1964 e a repressão severa contra os movimentos de classe, principalmente a partir de 1968 através de medidas visando a modernização da regulação econômica, centrada nas reformas tributária e financeira do PAEG (1966), eliminou a garantia de estabilidade no mercado de trabalho urbano, substituindo-a pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e adotou uma política de desvalorização do salário mínimo e repressão aos movimentos político e sindical. O *boom* econômico do milagre de 1968-1974, acentuou as desigualdades econômicas e sociais. No mercado de trabalho ampliaram-se fortemente a concentração da distribuição da renda corrente, forte desvalorização do salário mínimo, com efeitos menos devastadores sobre a desigualdade de renda em virtude da geração de empregos via o crescimento econômico do período (Dedecca e Trovão, 2020).

A redemocratização nos anos 1980 com o governo de José Sarney e os diversos planos econômicos mal sucedidos de combate a hiperinflação, somado as restrições econômicas externas, contribuiu para a estagnação econômica no país. A Constituição Federal (1988) surgiu para nortear o processo de desenvolvimento econômico que superasse a defasagem na área social, reduzindo as desigualdades socioeconômicas enraizadas no processo de formação nacional, contemplando também temas relacionados ao meio ambiente.

No governo Collor (1990), entre a instabilidade monetária e uma agenda neoliberal orientado pelo Consenso de Washington (1989) ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) em 1992, conhecida como Rio-92, destacando a correlação entre pobreza e degradação ambiental à proteção do meio ambiente. Na Rio-92 foi discutida a necessidade de mudanças nos padrões de produção e consumo com a responsabilidade dos países desenvolvidos (Guimarães, 1997).

No segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (2001), aconteceu o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, gerando o documento, Carta Brasília, que solicitava a formalização da profissão de catador, além de outras demandas econômicas e sociais. A instauração do Estatuto da Cidade via Lei nº 10.257/2001, estabeleceu novos marcos regulatórios e regulamentos de gestão urbana como as leis de saneamento básico e de resíduos sólidos (MNCR, 2021).

Quadro 1- Conjunto de ações desenvolvidas para os catadores

Tipo	Objetivo	Resultados
Portaria nº 397/2002 do Ministério do Trabalho	Inserção da atividade “catador de material reciclável” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) nº 5.192, do Ministério do Trabalho, em 2002.	Reconhecimento profissional da categoria.
Decreto de 11 de setembro de	Comitê Interministerial para a Inclusão Socioeconômica dos Catadores (CIISC). Atuação junto aos órgãos de Estado para ações de combate à fome, inclusão social, erradicação dos	Criação de políticas públicas para os catadores.

2003	lixões e articulação de políticas voltadas para os catadores.	
Decreto nº 5.940/2006	Destina o material reciclável dos órgãos públicos para os catadores.	Aumento da quantidade de material destinado aos empreendimentos de economia solidária.
Lei nº 11.445/2007	Política Nacional de Saneamento Básico - PNSB.	Permite a celebração de contrato de prestação dos serviços com dispensa de licitação.
Lei nº 12.305/2010 5	Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.	Determina o fim dos lixões e a inclusão dos catadores na coleta seletiva.
Decreto nº 7.405/2010	Programa Pró-Catador, com investimentos para a organização e estruturação de empreendimentos coletivos de catadores.	Efetivação de políticas públicas para o setor.

Fonte: IPEA (2017).

O arcabouço institucional representa a intervenção estatal nas imperfeições do mercado via decretos, portarias e resoluções para a área de resíduos sólidos (quadro 1). A PNRS de 2010 definiu também atribuições para a União, estados e municípios. Podemos citar: a responsabilidade compartilhada do ciclo de vida dos produtos entre o setor público, as empresas e a sociedade; o sistema de logística reversa; aterro sanitário como a disposição final adequada dos rejeitos; reconhece os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis como bem econômico de valor social; a necessidade de redução, reutilização e reciclagem (3R's); à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo, incentivando à indústria da reciclagem (BRASIL, 2010).

3.1 O mercado de trabalho dos catadores associados

As associações/cooperativas de catadores de materiais recicláveis consistem na união de pessoas de forma voluntária, buscando objetivos coletivos semelhantes nas esferas econômica, social, cultural, entre outras (MAGERA, 2012). No caso das associações, são definidas e regulamentadas pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, como ilustrado nos artigos 53 a 61 do Novo Código Civil Brasileiro de 2003. Assim, é proibido a divisão entre os associados do lucro das atividades produtivas, ficando o presidente recebendo apenas o reembolso das despesas referente as atividades do cargo, e a sobra de recursos ser reinvestido na associação. Na prática da gestão financeira das associações de catadores de materiais recicláveis ocorre a divisão dos lucros entre os associados.

Os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU's) são provenientes das atividades domésticas (restos de alimentos, resíduos sanitários, papel, plástico, vidro, etc.) e comerciais (papel e papelão, plástico, vidros, etc.) associada às condições econômicas e sociais de vida da população (ABNT, 2004). A média global de geração de RSU's de 1,2 kg/hab./dia; no Brasil, a média é de 1,039 kg/hab./dia. O serviço de coleta chegou a 92,10% no Brasil em 2018, com gasto estimado de R\$ 10 bilhões. A destinação final inadequada dos RSU's é um dos gargalos para ser resolvido (ABRELPE, 2018).

A ANCAT (2020) mapeou 1.829 organizações de catadores (cooperativas e associações), distribuídas por 986 municípios no Brasil. A estimativa de recuperação pelas organizações de catadores foi de 1,57 milhões de toneladas de resíduos sólidos em 2019, com faturamento de R\$ 547,2 milhões revertido em renda para os catadores. Assim, a coleta convencional avançou no Brasil em relação à geração de RSU, passando de 89% em 2010 para 92% em 2018. A destinação adequada para aterros sanitários aumentou de 85 mil ton./dia para 119 mil ton./dia, o volume com destinação inadequada em lixões e aterros controlados cresceu de 63 para 81 ton./dia. Ou seja, o aumento na destinação adequada não acompanhou a evolução da geração de RSU, com parte ainda sendo destinado inadequadamente.

Para que as associações de catadores tenham solidez no mercado, precisa comercializar grande volume de materiais recicláveis, regularidade na oferta de mercadoria, qualidade, enfardar, local para estocar a produção. A parceria com o poder público no apoio institucional pode resolver as carências de gestão administrativa e contábil; na ajuda psicossocial dos catadores; cursos de alfabetização e educação ambiental, disponibilização de equipamento de proteção individual (Aquino; Castilho Junior; Pires, 2009).

Segundo Jacobi e Bensen (2006), as organizações de catadores também tem problemas ligados as condições de trabalho, de relacionamento interno entre os membros da organização, a falta de capacitação de práticas empreendedoras, a falta de conscientização da população para separação dos resíduos, a falta de capital de giro para manutenção do empreendimento e a falta de parceria do poder público, privado e ONG^{rs}. Os autores reforçam a necessidade de investimento em capital físico e a criação de capital social para alavancar o desempenho na cadeia de valor da reciclagem.

O número de organizações de catadores na coleta seletiva em 2012 era cerca de 750 organizações, passou para mais de 1200 em 2018. O número de catadores passou de cerca de 23 mil (2012) para 27 mil (2018). As organizações de catadores são essências para o atingir as metas da PNRS para a coleta seletiva que é representa boa parte dos RSU direcionada para a reciclagem. A relevância das organizações de catadores na melhoria das condições de trabalho e renda desses profissionais, para enfrentar a difícil situação socioeconômica e os reveses dessa atividade econômica, pautada na coleta, triagem, enfardamento e comercialização dos materiais recicláveis é importante fonte de renda para homens e mulheres além de garantir matéria-prima necessária para o funcionamento da cadeia da reciclagem (ANCAT, 2020).

4. AS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES NA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI - RMC

A evolução na produção de resíduos sólidos urbanos está ligada aos aspectos econômicos e populacionais. As nove cidades da RMC tinham 564.478 mil habitantes em 2010 com uma taxa média de urbanização em torno de 77%. As cidades de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte e Nova Olinda, foco dessa pesquisa, apresentavam juntas uma população substancial com 440.946 mil, mostrando as seguintes taxas de urbanização em 2010: Barbalha 67%; Crato 81,5%; Juazeiro do Norte 91,6%; Nova Olinda 60,5%. A soma do PIB total dessas quatro cidades representava 86,25% do PIB total da RMC em 2010 (IBGE, 2010).

A cobertura da coleta de resíduos sólidos entre as cidades pesquisadas apresenta as seguintes taxas em 2010: Barbalha 71%; Crato 84,1%; Juazeiro do Norte 94,2% e Nova Olinda 68,4%. A cobertura da coleta avançou, mas a destinação não, continuando nos lixões, já que o aterro sanitário consorciado para solucionar esse problema para as cidades da região encontrou barreiras na implantação.

A quantidade de resíduos sólidos produzidos na RMC de 719.620 toneladas/dia, pela população de 586.010 mil habitantes em 2014. Na análise gravimétrica, 29,38% eram resíduos recicláveis; os orgânicos eram 62,88% e os resíduos inertes e perdas 7,74%. Os 460.443 mil habitantes das cidades de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte e Nova Olinda, produziram 565.625 toneladas/dia em 2014. Destes, 166.181 toneladas/dia, era resíduos recicláveis com possibilidade retornar ao processo produtivo (Batista, 2015).

Na RMC (tabela 1) dos 349 catadores de materiais recicláveis em 2013, 180 trabalhavam nas ruas e 169 nos lixões. Destes, 341 catadores eram das cidades de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte e Nova Olinda, atuando nos lixões e/ou nas ruas, fazendo parte ou não das associações, com apoio das prefeituras ou de organização não governamental como a Cáritas Diocesano. Os catadores autônomos são contrários em participar de empreendimentos coletivos por não acreditar que obterão alguma vantagem, permanecendo como catadores sem

vínculo, não precisando dá satisfação sobre sua rotina de trabalho. O material disponível no lixão é visto como superior em quantidade e qualidade, levando a maiores ganhos financeiros, mesmo que a situação dos catadores nos lixões seja agravada pela falta do uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e o ambiente insalubre.

Tabela 1 – Situação dos catadores da Regional Metropolitana do Cariri - 2013.

Cidades da RMC	Local de atuação dos catadores		Organização de catadores	Galpão de triagem	Coleta seletiva	Trabalho social com catadores
	Ruas	Lixão				
Barbalha	Não	18	Não	Sim	Sim	Sim
Caririáçu	Não	3	Não	Não	Não	Sim
Crato	16	28	AARC	Sim	Sim	Sim
Farias Brito	Não	5	Não	Não	Não	Não
Jardim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Juazeiro do Norte	164	100	Engenho do lixo e ACCJ	Não	Não	Não
Missão Velha	Não	-	Não	Não	Não	Não
Nova Olinda	Não	15	ACRNO	Não	Não	Não
Santana do Cariri	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: CONPAM (2015).

Os Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos (PGIRSU) dos municípios para promover a coleta seletiva protagonizada pelos catadores organizados de materiais recicláveis com condições de trabalho e produtos em quantidade e qualidade não é uma realidade. Portanto, a formalização das cooperativas/associações de catadores abre caminho para a inclusão social de milhares de pessoas que vivem da renda da catação desses materiais no Brasil. Por isso, é importante a atuação do poder público para intervir diante das imperfeições do mercado da reciclagem para garantir a manutenção da renda obtida pela venda dos resíduos pelos catados para sustentar suas famílias (IPEA, 2014).

4.1 As associações de catadores e o mercado de trabalho da reciclagem

As dinâmicas de criação das cinco associações de catadores da Região Metropolitana do Cariri - RMC são diversas. A Associação dos Catadores, Engenho do Lixo de Juazeiro do Norte, criada em 1998, por um catador, após ser desligado de uma empresa de plástico, começou a catar os resíduos nas ruas e lixões para sobreviver. A Associação permaneceu 8 anos no trabalho coletivo, ainda não legalizada. O Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ocorreu em 2009, quando o poder público municipal atendeu à solicitação do catador, firmando parceria com a associação.

A Associação de Catadores e Catadoras de Juazeiro – ACCJ foi criada em 2011.

A criação em 2006 da Associação dos Catadores do Crato - AARC, ocorreu em parceria com poder executivo municipal e a Universidade Regional do Cariri (URCA), desde o cadastro, mobilização e a estruturação com objetivo de retirar os catadores do ambiente de trabalho insalubre do lixão, com a reintegração social, geração de renda e ações de cidadania, contribuindo para a destinação adequada dos materiais recicláveis.

A Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Barbalha - ACARB foi criada em 2007, mas a institucionalização somente ocorreu em 2014, por reivindicação dos catadores e incentivada pela Cáritas Diocesano, que intermediou o convênio entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barbalha e a Associação dos Catadores.

Associação dos Catadores de Recicláveis de Nova Olinda – ACRNO, surgiu em 2003 por iniciativa do poder público municipal, por ocasião da implantação do Projeto de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentado (DLISE). A associação de catadores foi instituída legalmente em 2004.

Sobre a divisão hierárquica, todas as cinco associações afirmaram que existe a divisão com os cargos de presidente, tesoureiro e conselheiros. Ocorrem reuniões periódicas entre os membros; nos casos da ACCJ e CARB essas reuniões são realizadas nas casas dos membros da associação, já que não possuem sede no momento (tabela 2), o que acarreta uma série de dificuldades para esses catadores associados como não ter um local para armazenar os resíduos sólidos coletados.

Apesar desses catadores estarem ligados a uma associação, a falta de infraestrutura de trabalho deixa análogos aos catadores autônomos, visto que são submetidos a condições de trabalho insalubres, coletando os materiais recicláveis nas ruas e nos lixões. O catador que coleta nas ruas, se desloca quase que imediatamente para realizar a venda dos materiais para o sucateiro, por não ter local de armazenando e pela necessidade financeira; já os catadores dos lixões, são abordados pelos sucateiros no lixão onde comercializam os materiais coletados, neste caso a diminuição dos custos de transporte dos materiais para os catadores, são extraídas no valor dos materiais pelos sucateiros. Em ambos os casos, os catadores não conseguem juntar grande volume de materiais, isso reflete no pouco poder de barganha e na redução do preço e do nível de renda dos catadores (Calderoni, 2003; IPEA, 2017).

Tabela 2 – Relação dos associados e da sede das associações na RMC

ASSOCIAÇÕES	Sede	Nº Associados
AARC	Própria	11 membros;
Engenho do Lixo	Alugada	10 membros;
ACCJ	Não	12 membros;
ACARB	Não	11 membros;
ACRNO	Própria	23 catadores;

Fonte: Dados preliminares da pesquisa de campo.

As cinco associações (tabela 3) mantêm parceria com a Cáritas Diocesano ajudando as associações em questões administrativas, intermediação de doações de resíduos recicláveis e de cestas básicas através de campanhas solidárias. No caso das parcerias com as prefeituras municipais, a AARC recebe esporadicamente cestas básicas e uniformes para usar no trabalho de catação, a prefeitura municipal do Crato disponibilizou um caminhão para a associação realizar a coleta e a comercialização dos materiais recicláveis quando conseguem juntar uma carrada; a associação Engenho do Lixo recebe uma ajuda financeira de R\$ 100,00 reais da Prefeitura de Juazeiro do Norte para abastecer o caminhão semanalmente e cestas básicas eventualmente; a ACRNO tem a ajuda da prefeitura de Nova Olinda no custeio da conta de água e disponibiliza um funcionário para auxiliar no trabalho burocrático da associação.

Nos casos das associações ACCJ e ACARB foi relatado que não tem nenhum tipo de parceria com as respectivas prefeituras de Juazeiro do Norte e de Barbalha, a justificativa dada pelos gestores municipais é que a falta de infraestrutura básica (sede) dessas associações inviabiliza a formação de parcerias para auxílio financeiro.

Nas associações de catadores com sede (própria ou alugada) a infraestrutura é precária sem galpão de triagem e as que têm máquinas e equipamentos são instrumentos obsoletos, reflete a falta de capital de recursos financeiros nas associações. A precariedade das condições de trabalho somado à falta de material reciclável disponível em quantidade e os problemas de relacionamento entre os catadores (Jacobi e Bensen, 2006) impactam no desempenho das associações nessa estrutura oligopsônica como a cadeia de valor da reciclagem.

Nas cidades onde existem associações de catadores não tem coleta seletiva como estabelece a PNRS (2010) para inclusão dos catadores que estão na base da reciclagem dessa cadeia produtiva, mas representa o elo mais fraco mesmo na condição de associado, com o produto de sua força de trabalho apropriada pelos elos mais fortes formados pelos intermediários e pelas empresas recicladoras (Rutkowski, 2014; Wilson, *et al.* 2006).

Tabela 3 – Situação das associações de catadores na RMC

ASSOCIAÇÕES	Máquinas e equipamentos	Galpão de triagem	Coleta seletiva	Parcerias	Bolsa catador (SEMACE)
AARC	1 caminhão, 1 balança, 1 prensa	Não	Não	Sim	10 catadores
Engenho do Lixo	1 caminhão	Não	Não	Sim	07 catadores
ACCJ	Não	Não	Não	Sim	05 catadores
ACARB	Não	Não	Não	Sim	11 catadores
ACRNO	1 caminhão, 2 prensas e 1 balança	Não	Não	Sim	23 catadores

Fonte: Dados preliminares da pesquisa de campo.

Para atenuar os efeitos da pandemia da COVID-19 sobre os catadores de materiais recicláveis que tiveram seu trabalho comprometido, tornando ainda difícil a situação desses profissionais, o Governo do Estado do Ceará, instituiu em agosto de 2020 através da Secretária do Meio Ambiente do Ceará o Programa Bolsa Catador através da lei nº 17.256, estabelecendo que o catador que tiver vinculado a uma associação e/ou cooperativa poderá receber o benefício de 1/4 de salário mínimo, equivalente à R\$ 261,00, contemplando um total de 1.249 catadores em todo o Estado (GEC, 2020). A diferença entre a quantidade de membros associados expressos na tabela 5 e a quantidade de contemplados no programa na tabela 3, ocorreu por falta de documentação no momento de realizar o cadastro no programa.

Foi relatado que os resíduos sólidos mais coletados são plásticos (pet, filme), papelão, ferro, cobre, alumínio, vidro, óleo de cozinha, etc. A coleta acontece nas ruas com o uso de carrinho, também recebem doações de órgão públicos ou empresas privadas e nos lixões. As associações ACARB e a ACRNO são as únicas que coletam nos lixões de Barbalha e Nova Olinda, isso não ocorre nas demais cidades pela divisão do território entre os catadores autônomos e os catadores associados. Sobre as doações, na Associação Engenho do Lixo foi relatado que por ganância os grandes geradores deixaram de doar e agora vendem os resíduos para as empresas recicladoras.

A comercialização dos resíduos coletados depende da quantidade, as associações que tem onde armazenar os materiais junta uma quantidade significativa e vende para as empresas recicladoras da região como a Arplast e a Ferroplast conseguindo melhor preço pelos produtos. As associações que não conseguem juntar grandes quantidades, vende imediatamente após a coleta para os sucateiros ou atravessadores ainda nos lixões ou nos depósitos desses comerciantes, o que impacta negativamente nos preços para os catadores. A renda média estimada desses catadores associados gira em torno de R\$ 450,00 a 600,00 reais mensais, mas estava oscilando negativamente com a pandemia.

No cenário de pandemia, segundo o MNCMR (2020), toda a cadeia da reciclagem foi afetada com os grandes geradores de resíduos fechados, ocorreu à redução da comercialização de resíduos, impactando na redução da renda em média de 80% para mais de um milhão de catadores no Brasil. Apesar de haver uma tendência no aumento da geração de resíduos domiciliares, o trabalho para o manejo desses resíduos é maior e complicado nesse período.

As associações AARC, ACRNO e Engenho do Lixo mantém contato com associações de outras cidades/estados e com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR. Essas associações também demonstraram ter a percepção da importância do trabalho que desenvolvem para a preservação ambiental.

Considerações finais

O processo de urbanização e o consumo de produtos industrializados estão gerando mais resíduos sólidos, configurando um problema que desafia os gestores das cidades da RMC. A PNRS é um marco regulatório importante, mas faz-se necessário a implantação

prática das diretrizes e metas consubstanciadas nela, com eficiência na gestão dos resíduos sólidos, com a cooperação dos segmentos da sociedade. A pressão sobre o meio ambiente pela ação do homem com a extração de recursos naturais e pela poluição ambiental com o descarte de resíduos pós consumo em locais inadequados sem o tratamento apropriado, refletindo nas mudanças climáticas, enchentes, proliferação de doenças, entre outros males.

As associações de catadores da RMC tem desempenho econômico ineficiente pela falta de infraestrutura, falta de conhecimento técnico e administrativo. A falta de condições de trabalho é percebido pela ausência de máquinas e equipamentos adequados e também pela ausência de cursos de capacitação no manejo dos resíduos sólidos, planejamento, empreendedorismo, etc.

A quantidade de resíduos sólidos recicláveis reduziu expressivamente com a pandemia impactando na renda dos catadores que em períodos normais não chegava a um salário mínimo, agravou a situação financeira das associações que sobrevivem através de doações de parceiros como a Cáritas Diocesano e a bolsa catador do governo do estado do Ceará.

Conclui-se que os principais desafios dos catadores associados da RMC para elevar os seus rendimentos estar em aumentar o acesso a materiais recicláveis, ter eficiência na triagem para garantir quantidade e qualidade mínimas de material fornecido às empresas recicladoras. Também a obrigação do aparato institucional para emissão de nota fiscal (cooperativa), ter capital de giro para suprir a associação em relação ao diferencial de prazos entre a venda e o recebimento do pagamento realizado pelas empresas para conseguir maior inserção no mercado da reciclagem.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira De Normas Técnicas. NBR 10004 - **Resíduos sólidos**: classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ABRELPE, Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2018. 2019.**

Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis – ANCAT. **Anuário da Reciclagem 2020.** Brasília - Novembro de 2020.

Bauman, Z. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.** Brasília: Esplanada dos Ministérios, Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite>. 2002

_____. Lei nº 12.305, de 20 de agosto de 2010. Institui a **Política Nacional de Resíduos Sólidos**; Diário Oficial da União, Brasília (DF), 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 5 de Nov. de 2020.

Batista, V. L. R. **A coleta seletiva como instrumento propulsor da gestão do consórcio de resíduos sólidos na região metropolitana do Cariri-Ceará.** Rio Claro, 2015. 242 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas.

Conselho De Políticas E Gestão Do Meio Ambiente (CONPAM). **Proposta de atualização da regionalização para gestão dos resíduos sólidos do Ceará** – resumo executivo no seminário estadual. Fortaleza: CONPAM, 2015.

Calderoni, S. **Os bilhões perdidos no lixo**. 4ª ed. São Paulo. Humanitas Editora. 346 p. 2003.

Dedecca, C.S. e Trovão, C.J.B.M. **Sobre desigualdades no Brasil**: passado, presente e futuro. RBEST Rev. Bras. Eco. Soc. Trab. / BJSLE Braz. J. Soc. Lab. Econ., Campinas, v. 2, e020015, 2020 – <https://doi.org/10.20396/rbest.v2i..14825>

GEC. **Secretaria do Meio Ambiente publica Edital do Auxílio Catador**. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2020/08/06/secretaria-do-meio-ambiente-publica-edital-do-auxilio-catador/>>. Acesso em 23/04/2020.

Guimarães, R. P.; **Desenvolvimento sustentável**: da retórica à formulação de políticas públicas, in Bertha Koiffmann Becker, Mariana Miranda, A geografia política do desenvolvimento sustentável, UFRJ, Rio de Janeiro, pp. 13-44, 1997.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IPEA. **Diagnóstico dos Resíduos Sólidos Urbanos** - Relatório de Pesquisa. Brasília, 2012.

_____. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil**: dilemas e potencialidades sob a ótica da Economia solidária. Texto para discussão.- Brasília: Rio de Janeiro : Ipea , 2017.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). **Perfil básico regional, 2010**. http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/perfil_regional_r9.pdf

Jacobi, P. R.; Besen, G. R.; **Gestão de resíduos sólidos em São Paulo**: desafios da sustentabilidade. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 2, p. 90-104, abr./jun. 2006.

Magera, M.; **Os caminhos do lixo**: da obsolescência programada à logística reversa. Campinas, SP: Editora Átomo.- 2012.

Aquino, I. F.; Castilho Júnior, A. B.; Pires, T. S. L.; **A organização em rede dos catadores de materiais recicláveis na cadeia produtiva reversa de pós-consumo da região da Grande Florianópolis: uma alternativa de agregação de valor**; Gestão & Produção, v. 16, n. 1, p. 15-24, 2009.

MNCR – Movimento Nacional Dos Catadores De Materiais Recicláveis; História do MNCR - Disponível em <http://mn-cr.org.br/sobre-o-mn-cr/sua-historia>, Acesso:05 de novembro de 2021.

Wilson, D. C., Velis, C.; Cheeseman, C.; **Role of informal sector recycling in waste management in developing countries**. Habitat International, 30, 797–808. 2006.